

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
 Data 1/1/98
 Cod. GID00098

PARA FUNDO SAMUEL
 (JOSÉ SCHENMAKER)

Wania CEM

Como estava programado, retornei à Aldeia de Dourados para discutir o relatório encaminhado pelo F. Samuel, elaborado em base da visita anterior e realizada com J. Schenmaker, junto aos índios e o Projeto "Tape-Porã" (PTP). Vários aspectos de encaminhamento sofreram modificações provocadas e/ou condicionadas pela situação do referido Projeto. Este relatório foi feito à luz do que vinha então ocorrendo, sendo que contém aspectos outros, além dos suscitados anteriormente.

O teor do presente não é exclusivo do PTP, enquanto questões que surgem da experiência vivida e que, portanto, refere-se a todos os que de alguma forma se preocupam com a situação das Comunidades indígenas. O fato de caber a eles, os índios, uma existência peculiar, extremamente complicado com a presença da civilização em sua história, cabe também a nós apreendermos em que medida uma dada atividade é assimilada por eles e de que forma esta mesma assimilação será reproduzida internamente. A eficácia depende essencialmente do processo interno diante de um quadro conjuntural de forte pressão da sociedade, interiorizado no seio das comunidades. É neste quadro que nos inserimos e devemos portanto definir o lugar que ocupamos dentro da perspectiva de quem olha pelo lado dos índios. Aspectos particulares das questões também são preocupações comuns que cabem dentro da expectativa de cada metodologia e do posicionamento político indigenista.

Nos diversos Projetos, tidos como alternativos em relação à política governamental, se reconhece a prioridade da palavra dos índios como o fundamento e essência do trabalho junto a eles. Porém, apenas o reconhecimento não justifica os critérios de colaboração para a solução dos imensos problemas que as Comunidades enfrentam na luta pela sobrevivência física e cultural. Temos que avaliar e reconhecer também os limites da atuação e repensar a cada dia que passa os erros e acertos da nossa metodologia. Do contrário, é grande o risco de defasagem da situação real e ficarmos nos cômodos valores e critérios do indigenismo oficial e das Missões tradicionais.

Os índios na região da Grande Dourados:

Atualmente a média geral das áreas indígenas não alcançam a proporção de 2 ha. "per cápita", sendo que várias delas estão bem abaixo desse número, absolutamente incompetível para a sobrevivência, sequer razoável, para a manutenção física. Esta situação vem se agravando a cada dia, multiplicando os problemas, cuja base é perfeitamente identificável pela falta de espaço para a realização dos anseios mais fundamentais (econômicos e culturais), enquanto comunidades tribais.

Sem falar nos aspectos, igualmente importantes da Saúde e Educação, a relação econômica com a sociedade envolvente é sempre de exploração brutal dos índios. O comércio e a "changa" (trabalho remunerado em fazendas e outras atividades fora da aldeia) são aspectos da participação econômica junto à sociedade local e regional que indicam, além da exploração inerente do sistema, a impossibilidade de produção interna de subsistência de todos. As aldeias não mais comportam a população que em muitos casos duplicou nos últimos 5 anos. Porém o motivo não é o fato de tantas crianças terem nascidas e que, estas sim representam o aumento real; foi devido às entradas de famílias que moravam em fazendas e que hoje vão para o único lugar onde é possível não serem expulsos. Este aumento populacional é portanto em relação às aldeias oficialmente demarcadas e não ao número em geral. Esta relação é fundamental: a Funai justifica a escassez de terras como se as famílias que chegam surgissem do nada; como se para estes o problema de terra nunca existiu. A duplicação da população nas aldeias é o indicador concreto de quantos índios foram e estão sendo expulsos de fazendas e muitas vezes são os legítimos donos do lugar.

Dourados: Nesta aldeia a relação terra/nº de pessoas não chega a 1 (uma) hectare/pessoa. De acordo com o PTP, a área cultivável é de aproximadamente 2.000 ha. o que dá uma relação de menos de 1/2 ha/pessoa. Estas relações numéricas têm implicações profundas no encaminhamento de projetos, quaisquer que sejam. Na agricultura o problema torna-se imediato. A comunidade tem hoje como o produto de maior valor peso agrícola o soja, em detrimento do milho, p.ex., uma tradicional cultura. O binômio mecanização/cultura de soja é uma conjunção que tem como característica principal a monocultura extensiva. Ora, esta prática só é viável em grandes extensões de terra, como o próprio ter o índio e com grande investimento

de capital. Na situação da aldeia isto é praticamente inviável do ponto de vista comunitário. Os índios sofrem uma dependência muito grande de apenas um só produto e sendo que o mesmo é essencialmente para fins de comercialização. A consequência visível, entre outras, é o fato de que a maioria dos participantes não possuem a roça particular (por família), fundamental para a subsistência. É preciso levar em conta que os produtos gerados por esta roça é essencialmente de valor alimentar e não calculável em termos numéricos; ou seja: não se pode pensar no valor de 1 ha. de soja e 1 ha. de produtos de subsistência em termos de capital. Nas condições da Comunidade, nenhum projeto agrícola tem chance de viabilização se não tomar como base as multiculturas de subsistência.

Ao longo destes anos de existência, talvez ^{mas} por equívocos de metodologia e as condições desfavoráveis da aldeia, do que pela mecanização em si, privilegiou-se algumas famílias. A cultura mecanizada veio favorecer para o distanciamento de uns poucos "ricos" na relação à coletividade. Devemos reconhecer que o uso de máquinas nesta aldeia, já é um fato histórico, mas há que se pensar criteriosamente nos benefícios que estes instrumentos podem gerar para a comunidade como um todo. É generalizada a concepção de que tais máquinas são mais instrumentos políticos que propriamente de trabalho.

Muitas questões foram levantadas tanto pela Comissão nomeada pela Igreja Metodista como pelo F. Samuel. O relatório encaminhado pelo segundo retomou e levantou novas questões e também propostas de encaminhamentos, algumas aceitas e outras, apesar de sua pertinência, haviam obstáculos para a efetivação.

Junto aos índios participantes do Projeto verificou-se que, a priori, é bem aceito e querem a continuidade das atividades de roças comunitárias. Porém, discutiu-se questões sobre quais critérios se daria esta mesma continuidade.

O Capitão Ireneo reafirmou que tem muitas pessoas querendo participar, indicando a questão do privilégio dos antigos grupos e a impossibilidade de novos ingressos.

O Projeto tem subsidiado grupos marcadamente dependente pelo próprio encaminhamento dos trabalhos frente às possibilidades reais de produção para subsistência. Gira em torno dos mesmos elementos com grande inves-

timento e ao mesmo tempo que impossibilita a ampliação dos serviços para a participação de outros. Há reclamações de quem não recebe os benefícios, caracterizando como exagêro, principalmente em relação à cantina. A inexistência de roças particulares, já apontado, é o fato explicável pela função de a cantina vir exatamente substituir esta atividade de suma importância para os índios, pois é daí que se tira os alimentos de maior necessidade tais como: milho, mandioca, batata doce, etc. É fundamental que se tenha em conta a relação íntima entre a roça coletiva e particular no sentido de que necessariamente dá-se em razão de sua própria organização de sobrevivência física e cultural. Os subsídios do Projeto devem, ao invés de contribuir para sua extinção, incentivar por complementação e como algo inerente ao sistema de produção comunitária.

Cantina: Ano passado foi fornecida de quase todo o ano, com vistas a retorno que efetivou-se aproximadamente 10% do total fornecido, de acordo com o coordenador. O retorno em qualquer circunstância já é problemático. No caso é insolúvel se os índios continuarem na monocultura, como base de sustentação econômica, por dois motivos fundamentais: a) Não terão condições mínimas de alimentação até a safra e, b) a produção de soja não cobrirá as despesas do ano. (Estas duas considerações não levam em conta os casos isolados). Nessas condições, virtualmente não poderão restituir o fornecimento e caso o fizerem, não vão por nada imediatamente após. Ou seja: gasta-se muito além da possibilidade de rendimento com a safra. Isto torna o fornecimento vicioso, pois é responsável por quase a totalidade da dieta alimentar da maioria das famílias participantes. A cantina deve complementar a insuficiência e atuar no período crítico da entre-safra. Veremos adiante que o tempo de dedicação ao trabalho na roça coletiva é muito pouco. Há, portanto, tempo e força de trabalho suficientes para o aproveitamento em roças individuais para que estas librem os investimentos em cantina.

Quanto à mecanização, tanto o PTP como os índios responsáveis pelo trabalho de tratores alegaram 3 motivos básicos pela necessidade das máquinas: 1) Terra pesada, de composição argilosa, difícil para trabalhar-se manualmente; 2) Colonião: para a extinção dessa gramínea só é possível de trator, preferencialmente pesado, pois no sítio em que se encontra já é impossível sem a mecanização. As raízes muito profundas teriam que serem tombadas com lâminas maiores e 3) Pela utilização de técnicas usadas em fazendas, nas quais os índios veem o aumento da produtividade através da me-

canização.

Vários problemas foram apontados sobre essas questões. As consequências que a mecanização tem trazido são de extrema importância do ponto de vista social da Comunidade e não apenas de produtividade. O trabalho demasiadamente mecanizado durante quase todo o período agrícola, torna-se atividade do Projeto e não dos índios. De acordo com os próprios, uma roça que já foi mecanizada anteriormente, o tempo de dedicação não chega a 2 meses e no caso de ser o primeiro ano 3 meses por causa da destoca. O que seja: a participação dos índios resume-se em muito pouco em virtude de máquinas realizarem praticamente todo o serviço. Mas isto não se dá uniformemente e muitos grupos vão ficando para trás em virtude de que quando os tratores chegam para arar a terra já se passou o tempo de plantio. O pior é que não se fez outra coisa. Os tratoristas alegaram que não há tempo para se preparar a terra de todos e também porque muitos não colaboram em limpeza de tocos e quando se tomba a terra, os grupos não vão retirar as raízes de colônias. Além de que os tratores estão muito velhos e perde-se muito tempo em oficinas para reparo.

Os tratores realmente não podem dar conta de todo o serviço se os índios ficam como expectadores. Diminuir o tempo gasto com poucos grupos e ao mesmo tempo ampliar para outros em serviços básicos, talvez seja uma solução para evitar-se o problema do privilégio, do atraso e outros.

A questão do privilégio é uma questão presente em nossas atividades pela relação íntima da distribuição de terras internamente e quanto à composição política das comunidades. Uma aldeia qualquer desta região, são muitos os que têm que dividir coletivamente uma pequena porção de terra. Porém esta divisão dá-se de acordo com a estrutura política, cuja influência das partes determina o usufruto da propriedade e os lotes não se configuram como padrão de tamanho. Depende de uma tradição e da participação no poder interno das chamadas famílias extensas. Ocorre então que grande parte das famílias ficam fora por não terem condições de se integrarem na participação comunitária do uso da terra. Mas não se trata de uma injustiça interna, pois não há mais possibilidades de novas subdivisões dos já minúsculos lotes, apesar de que uns poucos possuem lotes muito maiores, como é o caso do Capitão Ramão (Terena). Ele ocupa, além do seu próprio lote, uma grande área que anteriormente era para uso da Funai e que foi "dado" pela própria em função de não resguardar perante o prestígio do líder Terena, ou qualquer outro motivo inexplicável.

Dentro deste quadro resumido da composição política interna, os traidores estão nas mãos de dois índios de relação de parentesco bastante próxima dos Capitães Ramão (Terena) e Ireno (Kaiowá), cujo uso extremamente diferenciando favorece àqueles que têm maior proximidade e participação no poder interno. É importante que se tenha uma relação de entendimento e respeito com a liderança constituída, porém definida acerca da posição e intensão diante da comunidade como um todo.

As opiniões de Ramão e Nenê, este último irmão e um dos traidores, são de quem estão em melhores condições e como é normal, muito carregado de preconceitos quando se referem à outra tribo. Atualmente o Capitão não participa dos benefícios do Projeto, mas discutitiu-se conjuntamente problemas como do atraso na preparação de terras, questão que foi levantada por vários elementos das roças e também do privilégio no uso dos tratores. Um complementando o outro, disseram que a culpa é dos próprios donos pois os mesmos não colaboram para que o trabalho seja realizado em tempo. E quanto aos tratores, alegaram que eles (os Kaiowá) não têm iniciativa e ficam esperando de braços cruzados que tudo seja feito pelas máquinas. O pessoal de lá (Bororó) não se interessa pela lavoura e mostrou a região próxima de sua casa, limpa de colônias. O Bororó está cheio de capim porque eles não se preocupam em tirar enquanto é pequeno e depois, só com trator. Por isso, prepara-se a terra de quem está mais interessado. Ramão possui seu próprio trator e trabalha também na preparação de terras para os grupos. "Ajuda" seus patrícios realizando roças de-a-beia e define como um "projotinho" seu.

Afora os preconceitos, Terena é uma coisa e Kaiowá outra coisa. As opiniões dos Terena não isenta a questão pois o outro traidorista Carlito é Kaiowá e tem os mesmos privilégios.

Organização do PTP: Diante da pergunta dos próprios grupos após a colheita: "nós devemos ao Projeto ou não?". O fato já citado de que o trabalho é do Projeto e não dos índios, vem de encontro a esta pergunta e que diz respeito à questão da participação dos próprios interessados. O PTP administra cantina, sementes, insumos, safra, etc. sem que muitos deles sequer sabem o que está ocorrendo com a sua própria produção. Os grupos não tem o controle das responsabilidades assumidas diante do Projeto, o que causa imensos transtornos entre os companheiros. Provoca muita desconfiança entre eles, contribuindo negativamente para a organização da comunidade.

Sub-projetos:- a rigor não tem sido encaminhados e os próprios índios dão pouca importância, a não ser o de Educação. Dizem eles que criações de animais, pomares e reflorestamentos são coisas particulares e devem ser também de iniciativa particular. Os Kaiowá sugeriram a substituição por uma farmácia como de maior prioridade porque estão muito longe da Missão e a Funai não tem remédios.

Creio que estes sub-projetos devam ser estimulados e não patrocinados.

Educação: Os índios com os quais se conversou, todos têm uma boa expectativa e, em fase de experiência, não se tem ainda um método definido. Rosa tem levado o trabalho com muita cautela e sensibilidade, o que é importante na implementação de um novo programa. Discutiu-se apenas o problema do pagamento das merendeiras que, a meu ver, não é um critério eficaz porque pode levar a uma idéia de emprego. De acordo com a professora, hoje as mesmas recebem alimentos em troca dos serviços prestados, o que é bastante justo. Este programa, de resultados mais lentos, pode trazer grandes contribuições à Comunidade.

Considerações do PTP a respeito da avaliação:

Áureo: Concorda com 80% do teor sendo que o restante cabe a 3 falhas básicas: 1) Não ter visitado todos os grupos, o que compromete a avaliação mais rigorosa.

2) Visão preconceituosa a respeito dos Terena e explicou: "o relatório dá a entender que o Projeto não precisava se preocupar com este grupo pois, estão em melhores condições que os Kaiowá."

3) Que os Terena estavam sendo identificados com a Missão Kaiowá e não como índios Terena.

A respeito da bolsa de estudos explicou que o Projeto havia assumido o compromisso quando a criança entra na 1ª série e que, portanto, não correspondia à visão de que se custeava filhos de índios em boa situação, como no caso do Cap. Ramão.

Quanto à visita de modo geral, foi muito boa e o mais honesto possível pois se conversou, avaliou junto aos índios e em base nítida se rediscutiu os problemas levantados, tanto pelos próprios, como também por nós. Lamentou que foi motivada pela situação criada em relação ao financiamento, mas sugeriu que, sem o mesmo motivo, se fizesse novas avaliações tal como esta em que pela primeira vez se ouviu diretamente dos índios antes

de se questionar os encaminhamentos.

Aspectos que foram modificados após a avaliação:

- Farmácia: já esta em funcionamento no Bonoró, conforme solicitação daquele grupo, com remédios da CEME conseguidos através de políticos locais, para atendimento exclusivo da região e ministrado por um deles que é atendente de enfermagem da Funai e que não está exercendo sua função no órgão.
- Ampliação para novos grupos: abriu-se a porta e surgiram 40, totalizando 160 famílias aproximadamente, conforme o coordenador.
- Cantina: diminuiu-se fundamentalmente em função de falta de verbas.

Em reunião com parte dos grupos novos, falou-se muito em cantina, no esquema de quem não está familiarizado e não sabe bem do que se trata e principalmente do que se tratava a minha presença. Após um falar, todos repetiam a mesma coisa, basicamente. Alegam que no início lhes é absolutamente necessário todo o ano porque só terão que apelarem para a "changa" e conseqüentemente não poderão fazer os serviços da lavoura.

- Financiamento do Banco do Brasil:

O financiamento para índios é algo novo nesta região. Deu início este ano apenas na aldeia de Dourados e está previsto ampliar para outras Comunidades, a partir do próximo ano. Difere em alguns detalhes do financiamento normal a qualquer cidadão, porém não esclarecido nem pela Funai, nem pelo Banco. Sabe-se que o montante do financiamento será em torno de R\$ 28.000,00 a R\$ 35.000,00 por hectare, dependendo do produto a ser cultivado. Este valor, fornecido pelo Banco, não inclui possíveis alterações e acréscimos de Proagro e outros. Os juros serão de 45% ao ano agrícola, correspondendo a 6% ao mês.

O financiamento pelo Banco a índios é no mínimo desastroso. A Funai tenta com isto lavar suas mãos, jogando para fora tal negociata, alegando que muitos já estão em condições de contraírem compromisso dessa natureza. É o critério de "integração" que isenta mais uma vez dos seus deveres e responsabilidades de tutela. Isto é uma grande armadilha, pois a maioria que entrou para o financiamento não são nem auto-suficientes e nem em via de, como se alega. Portanto não terão condições de saldarem a dívida. A realidade é que os pequenos proprietários não conseguem saldar suas dívidas e ficar com lucros. Para não perderem o pouco que têm desistem do financiamento e ficam como estavam ou

contraem novas dívidas. No caso dos índios, como não há penhor de propriedades, a única garantia será o nível do próprio governo. Para alguns dos quais foi conversado sobre o assunto acham que lhes será bastante favorável, pois os mesmos têm conhecimento das suas condições de privilegiados na Comunidade. Porém se a maioria não pagar, o que é muito provável, a Funai pagará, como avalista que é. O problema é que todos os índios serão prejudicados porque nesta transação se transferirá dinheiro destinado às Comunidades para o Banco do Brasil.

Mas pagar ou deixar de pagar não é a essência da questão. O problema é medir suas consequências para o futuro. Principalmente em Dourados é visível que há uma relação "exploração" dos pais "ricos" sobre os demais (não diria nos moldes capitalistas), que o financiamento pode vir a incrementar ainda mais, gerando um sistema de dependência interna de índios para índios, fora do esquema tradicional e cultural, no sentido de que o instrumento é o dinheiro.

Em reunião com os Kaiowá, juntamente com o Cap. Ireno, surgiram questões importantes, principalmente no compromisso que irão assumir. Na opinião do líder, o financiamento "é bom mas tem que trabalhar direito. O dinheiro não é para comprar camisas e etc para trabalhar, pagar os serviços de trator e sementes. Tem que fazer roça particular porque senão vai comer todo o dinheiro do Banco."

Sabemos que 91 índios estavam relacionados no financiamento, dos quais 34 eram participantes do PTP até ano passado. Diante deste fato, é preciso refletir o envolvimento do Projeto. Falou-se em auto-suficiência, porém o termo é muito vago. Quais foram os critérios que se usou para tal caracterização ou ainda, quais fatores motivaram a opção pelo Banco dos ex-participantes. A pergunta é: se autosuficientes, porque o financiamento na situação dos índios?

Auto-suficiência (integração para a Funai) não se pode conceber individualmente e nem decretada conforme normas intencionais. O termo suscita discussões, mas só não podemos assumir os critérios impostos pela Funai na concepção de "integrados" ou "auto-suficientes", individualmente.

No final, perguntado ao Capitão Ireno o que ele estava achando, disse de modo muito simples, mas de grande profundidade refletindo o clima do Projeto: "Se a turma combinar bem, está tudo certo e vai melhorar um pouco. Mas não pode só pensar em cantina; tem que abrir os olhos e trabalhar. Tem que plantar todas as coisas e não ficar esperando."

O parecer deste relatório foi elaborado pela experiência de um trabalho semelhante em muitos aspectos, no qual não se está isento dos mesmos problemas e questionamentos se considerados em nível de comunidades como um todo. Apenas que se pôde conhecer em Dourados, mesmo que superficialmente, as particularidades daquela aldeia e especificamente o Projeto que lá se desenvolve.

Para as comunidades indígenas da região, em Dourados tudo é maior. Área, população, problemas, violências, etc, etc. e até investimentos em Projetos. Por esses motivos deve-se ter também maior compreensão, mais convivência com os problemas para se poder analisar com o rigor de quem sente o dia-a-dia dos índios. Porém, em situações outras, as mesmas questões no geral, surgem em razão de todas as comunidades estão num mesmo processo, procurando alternativas mais favoráveis à sua sobrevivência mais digna. Neste sentido, os questionamentos são frutos de uma posição frente aos índios, de uma metodologia refletida durante vários anos de experiência.

O encaminhamento dos trabalhos do Projeto "Tape-Porã" em suas características mais fundamentais parece de contrário à participação dos índios. Dá a impressão que as coisas são feitas ao acaso, conforme a situação do momento. Vide o caso do financiamento, o pagamento de 40 novos grupos numa situação absolutamente precária, etc. O Projeto decide sobre todas as coisas sem muitas consultas, discussões e parecer dos próprios índios. Notou-se que numa discussão com um grupo sobre problemas de encaminhamentos, eles nunca tinham discutido e nem pensado em tais assuntos do cotidiano. Isto é um forte indicador de que os índios são meros expectadores e suas conseqüências já podemos visualizar pelas iniciativas frustradas da Funai. Sem a participação dos índios mais efetivamente, todo e qualquer tipo de trabalho corre o risco de fracassar por falta de consistência.

A questão é: O Projeto não pode parar, mas inicia-se uma reestruturação e reelaboração mediante participação real e definida junto aos índios, da equipe e da Comissão assessora da Igreja Metodista nomeada recentemente pela própria instituição. É de absoluta necessidade que a igreja se posicione política e religiosamente frente à questão do índio em suas iniciativas de colaboração à causa. Só que esclarecer-se, afinal,

a quem se colabora: a índios e quais índios; à Funai; à sociedade ou à igreja?

Amambai, 01 de dezembro de 1982.

Osvaldo Natividade Aoki
Celso G. Aoki

- Coordenação do Projeto Kaiowá-Nandeva
- Assessor do Fundo Samuel p/ Assuntos Indígenas.

copias CEN
JOSÉ:

Estou mandando este relatório com um bocado de atraso, mas foi devido uma série de fatores. Não só pelas minhas correrias aqui que me interrompia para escrever, mas sobretudo por algumas mudanças no Projeto "Tape-Porã". Fiquei meio no ar e não muito seguro de dar o parecer que até então havia elaborado no rascunho. O teor é o mesmo, mas diante das tais mudanças, a meu ver forçadas pela conjuntura e não na forma ou método de encaminhamento, se davam como que por acaso é a grande dúvida sobre que condições se daria a continuidade de crescimento cada vez mais. Mesmo após o encontro dos 3 Projetos da região (CIMI, PTP e KKN) não transpareceu indícios concretos de mudanças estruturais de encaminhamentos, discutidos conjuntamente. Acredito, porém, que por tratar-se do início não se discutiu a fundo questões realmente importantes. As propostas, apesar de sua importância, são atividades complementares aos Projetos, quais sejam:

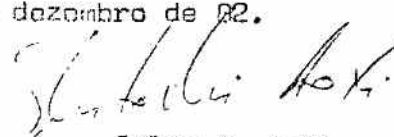
- 1) Continuidade dos encontros.
- 2) Promover um seminário conjunto, com convidadas à escolha de cada um dos Projetos, restringidos para o assunto Guaraní da região.
- 3) Estudos de textos e discussão.
- 4) Conscientização sobre a sociedade nacional:
 - produzir material visual e elaborar conjuntamente para utilização com os índios e também na sociedade envolvente (escolas, igrejas, etc). Já há uma proposta de visual a ser utilizado na Semana do Índio em abril.
- 5) Arquivo de documentação.

Houve no encontro uma exposição dos trabalhos de cada um, apresentando-se problemas, dificuldades e novas propostas. O tema sobre Educação me pareceu mais produtivo em função de que tanto o CIMI como o PTP estão iniciando seus programas de alfabetização.

Se houver tempo e disposição das 3 partes para a sistematização desta pauta, certamente que todos nós sairemos ganhando. Insisto que só a prática desses encontros é que teremos definições mais claras e resultados palpáveis.

José, a gente se fala por aí. Um abraço.

Amambai, 9 de dezembro de 82.


Celso S. Aoki